

**ESPAÇO, POLÍTICA
E PERIFERIA: AS
POLÍTICAS SOCIAIS
NA RE-PRODUÇÃO
DE RELAÇÕES
SOCIAIS DE
PRODUÇÃO**

***SPACE, POLITICS AND
PERIPHERY: SOCIAL
POLICIES IN THE RE-
PRODUCTION OF
SOCIAL RELATIONS OF
PRODUCTION***

***EL ESPACIO, LA
POLÍTICA Y LA
PERIFERIA: LAS
POLÍTICAS SOCIALES
EN LA RE-PRODUCCIÓN
DE RELACIONES
SOCIALES DE
PRODUCCIÓN***

**LUIZ ANTÔNIO
EVANGELISTA DE
ANDRADE
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE MINAS
GERAIS - UFMG**

luizantonioea@oi.com.br.

Mestrando em Geografia,
Programa de Pós-graduação
do Instituto de Geociências
(IGC)

Resumo:Partindo da constatação de que as periferias metropolitanas têm se conformado como espacialidades privilegiadas das intervenções do Estado, sobretudo através das políticas sociais, entendemos que a compreensão mais acurada desse fenômeno só pode se dar pela sua articulação com a re-produção das relações sociais de produção. Nosso objetivo não é “inventariar” ou realizar um “balanço” das políticas sociais no Brasil, seja em que instância de governo for, mas enfatizá-las como o modo pelo qual o Estado vem se fazendo presente no espaço social. Assim sendo, além de interrogarmos as estratégias e as ideologias subjacentes a tais intervenções, procuramos compreender a cadeia de tensões entre o desejo, as necessidades sociais e as carências, estas duas últimas como representações mediadoras da realização da vida no mundo moderno. No seio dessas tensões podem estar os traços presentes e potenciais de reflexão individual e/ou coletiva acerca do *modus operandi* do Estado na satisfação dessas necessidades e carências, bem como as (im)possibilidades da irrupção da política nessas espacialidades periféricas.

Palavras-chave: Espaço; periferia; políticas sociais; relações de produção; reprodução social.

Abstract:Starting from the fact that metropolitan suburbs have resigned as privileged sites of state interventions, mainly through social policies, we believe that a more accurate understanding of this phenomenon can only be given by its conjunction with the reproduction of social relations of production. Our goal is not to make an “inventory” or to make a “balance sheet” of social policies in Brazil, concerning any government level, but to emphasize them as the way through which the state has been acting in the social area. Therefore, more than question the underlying strategies and ideologies of such interventions, our intention is to understand the chain of tension between desire, social needs and scarcity. It is important to highlight that social needs and scarcity function as mediating symbols of life accomplishment in the modern world. Within these tensions we may find the real and the potential features of individual and/or collective reflection about the *modus operandi* of the state in meeting those needs and scarcity, as well as the possibilities and impossibilities of the political emergence in peripheral sites.

Keywords: Space; periphery; social policies; relations of production; social reproduction.

Resumen:Partiendo de la constatación de que las periferias metropolitanas se han conformado como espacialidades privilegiadas de las intervenciones del Estado, sobretudo a través de las políticas sociales, entendemos que la comprensión mas precisa de ese fenómeno solo puede darse por la articulación con la re-producción de las relaciones sociales de producción. Nuestro objetivo no es hacer un “inventario” o realizar un “balance” de las políticas sociales en Brasil, sea en la instancia del gobierno que fuere, pero enfatizarlas como el modo por el cual el Estado viene haciéndose presente en el espacio social. Así, además de la cuestión de las estrategias y las ideologías subyacentes a tales intervenciones, buscamos comprender la cadena de tensiones entre el deseo, las necesidades sociales y las carencias, estas dos últimas como representaciones mediadoras de la realización de la vida en el mundo moderno. En el seno de esas tensiones pueden estar los trazos presentes y potenciales de reflexión individual y/o colectiva acerca del *modus operandi* del Estado en la satisfacción de esas necesidades y carencias, bien como las (im)posibilidades de la irrupción de la política en esas espacialidades periféricas.

Palabras clave: Espacio; periferia; políticas sociales; relaciones de producción; reproducción social.

INTRODUÇÃO

Nossa proposta neste texto segue a premissa que ora apresentamos: a reflexão acerca das “políticas sociais” implica considerá-las como meio e condição através da qual se efetua a re-produção das relações sociais de produção² (LEFEBVRE, 2007, 2008). Concomitantemente, essa re-produção, balizada por uma estratégia de classe e suas ideologias subjacentes (do crescimento, da coerência, da organização, dentre outras), trouxe para o seu cerne o espaço, muito embora não possamos tomá-lo como mero “continente” inerte sobre qual pesa essa estratégia.

O exame aqui proposto se faz a partir das periferias metropolitanas³, sem deixar de entendê-las como mote articulador de outros níveis e dimensões de análise do fenômeno urbano. Entendemos que é pelas “políticas sociais” e pelos programas e ações definidos em seu seio que o Estado vem atuando de modo privilegiado nas espacialidades aludidas, no sentido de lidar com o aprofundamento das contradições advindas do processo de urbanização da sociedade. Desde já advertimos que nosso intento não é realizar um “inventário” ou “balanço” da aplicação das “políticas sociais”. Esse procedimento sócio-técnico já vem sendo feito pelo corpo tecnoburocrático que se ocupa dessas “políticas”, abastecendo os sempre fartos “bancos de dados” das instituições estatais.

Já foram sobejamente discutidos os arcabouços teórico-conceituais alimentadores das representações institucionais acerca dos meios de garantir a “inclusão social” (MARTINS, 1997 e 2002) e a “construção da cidadania” (DAGNINO, 2004) das gentes sujeitas à “vulnerabilidade social”, sendo estes diretamente influenciadores do formato assumido pelas “políticas sociais” no Brasil nas duas últimas décadas. Ao mesmo tempo, podemos descrevê-los como “o outro” de um par dicotômico que se completa nos modos de atuação do Estado num cenário político-econômico mundial de retração daquilo que ficou conhecido como “direitos de cidadania”, burocraticamente universalizados nos países europeus e, no caso brasileiro, acessados mediante a inserção dos indivíduos no chamado “mundo do trabalho” (TELLES, 1993). Iremos ver mais adiante que o privilégio dito acima concerne à *focalização* dos programas e ações ligados às “políticas sociais” naqueles grupos portadores da pecha da dita “vulnerabilidade social”, habitantes⁴, em sua imensa maioria, das periferias metropolitanas brasileiras.

Podemos inferir acerca dos aspectos da “preferência” do poder “público” por essas espacialidades como algo referido às próprias representações sociais e institucionais sobre elas recaídas, numa forte alusão à idéia de “precariedade” e “violência” que, supostamente, seriam a elas inerentes. Parte-se da idéia de que a ação do Estado através de “políticas sociais” se dá em nome da “incapacidade” dos habitantes de tais espacialidades de se defrontarem com as dificuldades cotidianas a que estão sujeitos. Trata-se, portanto, da pretensa considera-

² Para Lefebvre (2008, p.47-8): “Essa re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção: ela se efetua por meio da cotidianidade, através dos lares e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro”.

³ Cumpre enfatizar que não tomamos a noção de periferia como resultado de uma “constatação lógica” que endossa a sua *separação permanente* daquilo que seriam as centralidades (de poder e de riqueza). Tais centralidades podem, inclusive, serem redefinidas, destruídas ou criadas na esteira de acumulações primitivas do espaço mediante estratégias de valorização que canalizam em seu favor espacialidades até então “desinteressantes” ao capital. Além dessa premissa, na nossa perspectiva de análise a periferia é *metrópole*, vivendo suas contradições específicas, mas também as contradições mais gerais advindas do curso da re-produção das relações sociais da e na metrópole. Por isso mesmo, a periferia também é centralidade: as contradições materializam-se nos embates, podendo fazer dessas espacialidades o lugar onde a política irrompe, ganhando e dando sentido às práticas de seus habitantes-moradores, as classes populares. Essa discussão estará implícita (e, por vezes, explícita) ao longo desse texto.

⁴ O termo “habitante” difere do de “morador”, mas ambos se implicam mutuamente e revelam situações e momentos que não são estanques. O indivíduo habitante, em princípio, vive o repetitivo da cotidianidade e suas normatizações. Entretanto, no movimento do contingente, esse habitante pode irromper no lugar como sujeito morador, como aquele que *usa*, fornecendo a esse lugar (e fornecendo a si mesmo) sentidos para além daqueles postos pela realização da ordem distante (LEFEBVRE, 2002). Os termos morador e habitante possuem, portanto, *estatuto conceitual*, pois procuram apreender os possíveis-impossíveis contidos no real e naquilo que, aparentemente, aparece como o “sempre igual”: os habitantes das periferias metropolitanas como meros “objetos” da benemerência estatal e/ou privada.

ção da *incapacidade de fazerem história*, de darem um sentido e de construírem soluções criativas para questões prementes da cotidianidade ou da organização e da mobilização políticas face à presença-ausência do Estado.

Tais programas e ações não são apenas o “reflexo” do Estado quando este se faz *presente* no espaço social, invadindo a vida social nas suas mais diversas instâncias. Eles são *elementos ativos* na reprodução de relações. É uma *presença* ali onde as contradições do espaço alargam seus contornos, colidindo com a miríade de interesses procedentes das movimentações do mercado imobiliário – entre outros aspectos, motivadas pelas intervenções urbanísticas do Estado – ou mesmo com as sociabilidades de algum modo questionadoras do próprio foco preferencial dos investimentos estatais. É neste momento que o Estado procura ampliar o escopo da sua legitimidade, institucionalizando as práticas sócio-espaciais próprias da cotidianidade dos indivíduos, mediante o movimento de sua captura e distensão (quando conveniente), transformando-os em “objetos” de suas intervenções⁵.

Faz-se necessário – embora não seja suficiente – interrogarmos as estratégias e as ideologias subjacentes a essas intervenções, momentos em que a *razão de Estado* reivindica para si a protagonização do *fazer social* nas periferias metropolitanas. Fazer social que supostamente opera visando “cumprir seu papel” nessas espacialidades, produzindo novas tensões e contradições em relação às práticas sócio-espaciais pré-existentes. Práticas essas que significam a reprodução da vida na sua acepção mais ampla, revelando suas misérias e riquezas. Práticas ora sufocadas pelo Estado nos termos da longa tradição do clientelismo e da benemerência instituída para com o pobre, típica da nossa formação social; ora se colocando como expressões de uma *vita activa*, exigentes de reconhecimento, não obstante vistas como sinônimo de “irracionalidade” frente à ordem social.

Outra faceta importante na reflexão sobre a ação do Estado como demiurgo da reprodução de relações sociais de produção é referida ao conteúdo das estratégias mediante as quais este traga para si e dissocia as práticas sócio-espaciais, colonizando o desejo (LEFEBVRE, 1991). Ao vir à tona na forma de necessidades sociais e carências – nos termos de Agnes Heller (1986) – a re-produção de relações dá uma nova qualidade à cotidianidade dos habitantes das periferias metropolitanas.

Trata-se de refletir sobre a cadeia de tensões entre as necessidades sociais e carências como representações mediadoras da realização da vida no mundo moderno e os traços presentes e potenciais de reflexão individual e/ou coletiva acerca do *modus operandi* do Estado na sua satisfação. De que maneira as expectativas de satisfação dessas necessidades e carências emergem na consciência dos habitantes dessas periferias? Qual é a medida possível para se falar em expectativas de satisfação representadas e alicerçadas por dimensões reivindicativas? Em que momento se pode falar da percepção do dano (RANCIÈRE, 1997) comendo – e, quiçá, tensionando – a postura dos habitantes, movimentos sociais e organizações populares por meio de seus discursos no ambiente que chamamos aqui de espaços e tempos institucionais?

A MODERNIZAÇÃO DO MUNDO, A ALIENAÇÃO DO DESEJO E A RE-PRODUÇÃO DO MAL-ESTAR CONTEMPORÂNEO

Partimos de uma assertiva que revela uma contradição por nós entendida como crucial para a discussão que se segue: o intenso progresso das forças produtivas – inquestionável quando se pensa, por exemplo, na magnitude da riqueza *socialmente* produzida – e o caráter *privado* das relações de produção capitalistas na moldura histórica e social da modernização

⁵ Nossa perspectiva de análise não toma o Estado apenas como instrumento criador de condições gerais de re-produção de meios de produção (força de trabalho e maquinaria), cuja incidência sobre o “terreno” (o espaço) torna este último apenas instrumento inerte de uma estratégia de classe, lócus de uma “falsa consciência”, mas passível de ser resgatado por uma “consciência possível”. Embora necessária essa análise é insuficiente, pois acaba considerando o capital tão-somente como relação econômica, envolvendo a produção, circulação e realização da mercadoria. Para além dessa qualidade, o capital, nos próprios termos de Marx, é uma relação social feita dominante na sociedade burguesa, pois institui em seu bojo novas e mais complexas relações à medida que destrói outras pela imposição da “lei do valor”. Assim sendo o Estado também deve criar e recriar firmemente as condições de re-produção de relações sociais de produção. Advém daí as políticas de espaço, as quais envolvem as chamadas políticas urbanas, sociais, ambientais, etc e se acham afeitas a ideologias e estratégias bem definidas. Nossa questão aqui é entender como as “políticas sociais”, por trazerem no seu bojo modos de ser e de viver que são modos de uso do espaço contendo experiências derivadas dos atributos do tempo que cortam o espaço, contribuem para a reprodução das relações sociais de produção.

do mundo. Tal assertiva se justifica quando observamos duas óticas imbricadas: por um lado, essa contradição reproduziu ampliadamente – ao não ser resolvida por fora das relações que a produziram – o conteúdo dissonante entre a quantidade de meios disponíveis à satisfação das necessidades sociais e a essência mercantil da sua distribuição seletiva; por outro, operou tais forças produtivas como afastamento da mediação de critérios eminentemente sociais, não obstante essa orientação tenha sido, mormente a partir do século XIX, combatida a duras penas pelos movimentos sociais florescentes naquele momento (MARSHALL, 1967).

Um importante marco referencial, destruidor e criador de novas e crescentemente complexas relações sociais de produção deve ser acrescentado: a conformação das *relações de propriedade*, as quais passam pela propriedade do solo, mas a ela não se limitam – ao contrário: estendem-nas de uma forma sem precedentes –, pois que chegam às diversas facetas da vida social. Quando Henri Lefebvre (2007, cap. 06) aduz que “Tecnicamente, cientificamente abrem-se possibilidades insuspeitas (...) [Mas as] relações de propriedade e de produção proíbem estas possibilidades...”, ele está nos chamando a atenção para a qualidade das realizações concretas desta sociedade, dos desencontros entre o real e o possível (LEFEBVRE, 1991, 2007) por ela promovidos. Desencontros distribuídos socialmente e com eles o *mal-estar*, seu resultado e sua condição.

O certo é que há uma tendência predominante ao desaparecimento do qualitativo, o que não significa tomar a contradição quantidade-qualidade por meio de uma oposição formal (LEFEBVRE, 2007). O espaço (e o tempo) da produção, tendo passado pela “drenagem” de seus significados mais ricos, têm de ser esquadrinhados, ordenados, quantificados e hierarquizados. Redefinição imperativa, visto que ela pede um quadro sempre consoante com a máxima performance dos capitais empregados e a partir daí (re)inseridos na valorização do valor. O véu que lhes cobre tem as cores da cientificidade e da tecnicidade. Torrentes de índices e estatísticas vêm para compor o já povoado instrumental supostamente mais “preciso” e “neutro”, no intuito de “melhor conhecer” e “melhor atuar” sobre tudo aquilo que passa indistintamente a ser denominado de “objeto”: o espaço, o tempo, o desejo, a vida individual e social.

Neste íterim, a reprodução tipicamente capitalista, irrevogavelmente ancorada na sofisticação dos meios de se mobilizar o espaço como cerne da expansão das relações sociais de produção e propriedade, constituiu-se como *querer ser* universal da reprodução da riqueza. A estratégia subjacente a essa reprodução se traduziu (e se traduz) na expropriação seletiva, desigual e calculada do espaço e dos modos de vida nele instaurados, estabelecendo um complexo lastro de mediações e interdições, resultando no avanço da modernização do mundo. Pode-se dizer que a modernização se confunde com a história da acumulação e das violências que deram o tom do processo pelo qual ambas foram alavancadas e se estabeleceram como faces distintas da mesma moeda.

Desde a chamada “acumulação primitiva”⁶ na Inglaterra do século XVIII, descrita na sua atrocidade por Marx (1983), o imperativo que move a acumulação do capital é a canalização das mais intensas energias e criatividades humanas no esforço de expandir relações de produção e de propriedade divorciadas dos modos de vida pré-existentes, aniquilando-as ou incorporando-as aos seus desígnios.

A nosso ver, a melhor maneira de percebermos a magnitude do imperativo da acumulação é voltarmos nossos olhos para o processo de industrialização, momento no qual a produção da riqueza abstrata, generalizada na forma mercadoria, debuta na história. Processo que, para obter efetividade, solapa e redefine o conjunto das racionalidades precedentes, carreando os aludidos modos de vida atados a elas. A racionalidade industrial impõe, na esteira do viés economicista e produtivista que lhe dá impulso, a redefinição, destruição e produção radicais das cidades, como bem relata Friedrich Engels, em seu livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*⁷. Eis aí a urbanização da sociedade, realidade social constituída no transcur-

⁶ Cumpre ressaltar que a acumulação primitiva não é tão-somente o processo historicamente datado que se caracterizou pela expropriação de terras comunais ou pertencentes à Igreja, bem como a doação ou compra por preços irrisórios de terras estatais para transformar em pastagens para ovelhas que viriam a fornecer a lã como matéria-prima necessária à nascente indústria da tecelagem inglesa. Ora, não obstante a *forma* naquele momento assumida, a produção, destruição ou a redefinição dos espaços de acumulação é *conteúdo* do modo de produção capitalista, não se resumindo à sua gênese (OLIVEIRA, 2003) e deve ser entendida como um processo contínuo e concomitante às suas feições “contemporâneas”.

so desse processo, inicialmente por ele induzido, mas se convertendo em sua indutora (LEFEBVRE, 2002).

Estamos falando de continuidades e descontinuidades históricas, envolvendo uma enorme confluência de processos diferenciados e esfacelando maneiras específicas de se experienciar o espaço mediante usos peculiares do tempo. O estranhamento daí advindo gerou novas contradições no interior deste desencontro, à medida que a atividade produtora e criadora foi submetida aos fundamentos da troca mercantil, desconsiderada enquanto pressuposto da satisfação do homem como Ser genérico⁸, tal qual nos ensina Marx (2004) nos seus *Manuscritos econômico-filosóficos*. Para sermos mais precisos, esses fundamentos se adjetivam nas relações sociais a partir das quais o mundo da mercadoria, para além de mediação, torna-se a determinação que obsedou o uso e o valor de uso ao reduzi-los a pálidas expressões do valor de troca. A monetarização das relações, fenômeno e processo em que o dinheiro como meio de circulação e reserva de valor progressivamente ganha centralidade, convertendo-se em equivalente universal, institui-se e institui a sociedade.

Algo que se soma aos diferentes processos aludidos e concernentes à modernização do mundo como consolidação e aprofundamento da re-produção de relações sociais de produção, é a colonização do desejo, traço característico do homem desde que esse se levantou de sua animalidade, movendo-o na sua atividade produtora e criadora. Concomitantes a tal colonização são as tensões e conflitos gerados no vazio por ela deixado, local onde se instauram e se tornam obsoletas as expectativas de realização de carências e necessidades sociais. Dito de outro modo, na sociedade em ato, o desejo foi sendo ideologicamente confrontado com o desvio de seus sentidos, suas finalidades e seus atributos valorativos mediante os quais era percebido e satisfeito. Sobre seus escombros assentam-se as carências e as necessidades sociais: “Ao se delinear as necessidades, procura-se prevê-las; encurrala-se o desejo” (LEFEBVRE, 1991, p.82).

Face às terríveis frustrações derivadas desse diametral afastamento do homem de seu ser natural, o cotidiano⁹, que se faz como organização e burocratização da vida, só pode “preencher” o vazio por ele deixado fornecendo “escapatórias” às suas pressões e repressões. O *mal-estar*, e com ele as tensões sobre o vínculo social, encontram aqui um terreno fértil, precisamente porque a satisfação nessa sociedade se reduz a uma “...saturação tão rápida quanto possível...” da mercadoria consumida, pois a “...satisfação generalizada (em princípio) faz-se acompanhar de uma crise generalizada dos ‘valores’, das idéias, da filosofia, da arte, da cultura” (LEFEBVRE, 1991, p.89).

Com efeito, a manutenção do vínculo social se acha dentro do rol de uma estratégia de classe. Por isso, colonizar o desejo, “preenchendo” seu vazio a partir do desvio para a composição de carências e necessidades sociais, corresponde a inscrevê-lo cada vez mais no universo do *privado* como seu sentido e finalidade. Agnes Heller (1986) traz uma profícua e sistemática reflexão sobre as necessidades e carências em seu livro *A teoria das necessidades em Marx*. Muito embora não haja em sua obra uma incursão sistemática acerca das necessidades sob o

⁷ Engels, numa arguta descrição e análise da “oficina do mundo”, esse epicentro da acumulação capitalista em que se tornara a Inglaterra, trouxe à cena uma face impossível de se ocultar, não obstante supostamente denotassem exceções a um movimento que se fazia como materialidade indelével do progresso inerente ao “século das luzes”. Trata-se das terríveis condições para a sobrevivência de hostes inteiras de imigrantes que afluíram às cidades inglesas em busca de compradores para a sua força de trabalho – a única propriedade de que dispunham – após terem sido expropriados de suas terras. Daí o crescimento extraordinariamente rápido das grandes cidades industriais, como atesta o próprio autor: “O grande estabelecimento industrial demanda muitos operários, que trabalham em conjunto numa mesma edificação: eles devem morar próximos e juntos – e, por isso, onde surge uma fábrica de médio porte, logo se ergue uma vila (...). Assim, da vila nasce uma pequena cidade e da pequena, uma grande cidade” (ENGELS, 2007, p.64-5).

⁸ “O homem é um ser genérico, não somente quando prática e teoricamente faz do gênero, tanto do seu próprio quanto do restante das coisas, o seu objeto, mas também – e isto é somente uma outra expressão da mesma coisa – quando se relaciona consigo mesmo como [com] o gênero vivo, presente, quando se relaciona consigo mesmo como [com] um ser *universal*, [e] por isso livre (MARX, 2004, p.83-4).

⁹ Relegado como uma instância menor e desimportante para uma certa teoria marxista tratada como “crítica”, o cotidiano ganha novo sentido em Lefebvre. É no e pelo cotidiano que as relações sociais fundamentais (de produção, de propriedade, de consumo e de trabalho) se realizam e ganham vigor, tendendo a se naturalizarem como o ordinário da vida. Para esse autor, o cotidiano: “Não é mais apenas um setor colonizado, racionalmente explorado, da vida social, porque não mais um ‘setor’ e porque a exploração racional inventou formas mais sutis que as de outrora. O cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço-tempo da auto-regulação voluntária e planejada” (LEFEBVRE, 1991, p.82).

capitalismo, o filósofo alemão não se furta em trazer à tona a alienação derivada da valorização das coisas mediante a desvalorização e o empobrecimento das pessoas. Nos Manuscritos, Marx já assinalava a redução operada pela inscrição dos desejos humanos na estreiteza das exigências de um modo de produção cujas relações de produção e propriedade, bem como a divisão social do trabalho que ambas implicam, definitivamente se fixavam como suas relações fundamentais. Nesse modo de produção, cada homem especula sobre como “...criar no outro uma *nova* carência, a fim de forçá-lo a um novo sacrifício, colocá-lo em nova sujeição e induzi-lo a um novo modo de *fruição* e, por isso, de ruína econômica” (MARX, 2004, p.139).

Noutro livro, *A condição política pós-moderna*, Heller e Feher (2002, p.41), embora tenham em conta que no “...estágio atual da modernidade ocidental, as imaginações sociais se preocupam mais com as carências do que com as necessidades que não são carências”, não podemos deslegitimar os desejos concretos das pessoas de satisfazê-las à manifestação pura da “falsa consciência”. Mesmo porque, não só no Brasil, mas até mesmo no chamado “mundo desenvolvido”, não se pode afirmar categoricamente que algo além das necessidades elementares das pessoas tenha sido resolvido. Isso porque em nosso país os movimentos sociais e organizações populares que contribuíram para a conquista da “materialidade do espaço”, o fizeram através de dolorosas lutas. E se tais conquistas podem ser relativizadas quanto à sua radicalidade¹⁰, temos também que pensar as pressões em contrário, partidas dos grupos dominantes e decididas a sufocar seu potencial. Em suma: podemos pensar nos direitos de cidadania para além do seu significado e querer que se ultrapasse o umbral colocado à sua frente, mas não podemos deslegitimar seu viés positivo.

Pode-se chamar de ironia a emergência, como contraponto dialético dos processos de modernização e acumulação capitalista aludidos, daquilo que Heller (1986) chamou de *necessidades radicais*. Elas são concomitantemente funcionais à modernização, criadas no curso do formidável desenvolvimento do capitalismo, do nível amplificado do desenvolvimento das forças produtivas; mas também são a igual complexificação e amplificação das contradições sociais engendradas em seu seio. Nesses termos, sua satisfação só pode se efetivar com a transformação/superação das relações fundamentais sobre as quais se apóiam os processos modernizantes – e a sociedade burguesa, como sua manifestação mais límpida. São as necessidades radicais que, de alguma maneira, revolvem a consciência social para as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção, entre a produção social da riqueza e a sua expropriação pelo privado, em maior ou menor medida apontando para sua redefinição. Voltaremos a essa discussão em outro momento desse texto.

Estariamos vivendo uma enorme crise de legitimidade e de compromisso com os postulados que as gerações precessoras assumiram em nome da modernidade como projeto de civilização? É notável a ampliação sem precedentes das dificuldades cotidianas para se “ganhar a vida”, a qual tem se mostrado visível demais para que se acredite prontamente que, mais cedo ou mais tarde, o “progresso” vai chegar e se objetivar, irrigando experiências individuais e coletivas. Ao contrário, o sentimento que paira no ar é aquilo que Zygmunt Bauman (2000) noutras palavras veio a reconhecer como a progressiva onipresença da insegurança, da incerteza e da instabilidade enquanto aspectos assoladores da vida individual e social contemporâneas. A redução das perspectivas, a possibilidade cada vez mais remota de se criar projetos de vida a médio e longo prazo, a necessidade de se inclinar a adaptações que, tão logo – e a duras penas – efetuadas, devem ser logo descartadas, tornam-se o cerne da rotina gerada no seio do empobrecido leque de recomendações para a (sobre)vivência na concorrida vida privada e mercantil.

¹⁰ Francisco de Oliveira (1999), quando caracteriza o “movimento neoliberal”, marcado pela volta ao indivíduo, à prevalência do privado nas relações sociais, articuladas ao dismantellamento do Estado e das suas instituições políticas correspondentes, chama a atenção para a necessidade de analisá-lo tanto nos fundamentos do processo de acumulação quanto no processo de “institucionalização do Estado de Bem-Estar” (OLIVEIRA, 1999, p.56). O autor nos fala da experiência social-democrata européia, a qual contribuiu para a sua “naturalização”, acompanhada do esgotamento das “energias utópicas” – visto que a política passava a ser apenas um epifenômeno da sua própria prática, já que o Estado tomava para si o “fazer social” como totalidade. É como se esse mesmo fazer social não tivesse condições de se efetivar plenamente fora dos auspícios de uma racionalidade técnico-burocrática e abstrata, supostamente descolada de qualquer estratégia de classe. Alcançava-se o perigoso patamar da redução do político a uma prática embotada porque afastada do homem em sua universalidade. Ou seja, grande parte do movimento operário acabou por se contentar com concessões advindas das políticas de Estado no sentido de ampliar uma esfera de direitos composta, entre outros, pela previdência social e a garantia (que há muito tempo já deixou de sê-la) do pleno emprego.

Trata-se de uma espécie de *compartilhamento de responsabilidades* motivado pela mesma “inexorabilidade” da ordem social comum a todos, cuja senda na história da modernização e da acumulação capitalistas tem levado à mais completa e sistemática liberação dos movimentos de capital e de financeirização da riqueza de que se tem notícia. Na medida em que passam a determinar as políticas dos governos nacionais e atuar incisivamente sobre os rumos das decisões das instituições estatais, cujos mecanismos de regulação desses capitais não são mais compatíveis com seu dinamismo e fluidez, “compartilhar” as responsabilidades adquire um peso muito maior para o lado mais frágil das partes envolvidas. Leia-se aqui, mais uma vez, as classes populares da periferia do mundo, com seus corpos já bastante doloridos por terem que carregar o pesado fardo da precariedade dos sistemas de proteção social – nos dias de hoje tomados pela iminente desintegração.

Deste modo, imprime-se um golpe nos projetos e propósitos outrora de alguma maneira coletivos, e as representações que os proviam de sentido vão travando um árduo embate de permanência nos caminhos tortuosos da reprodução social contra a generalização da *individualização privatizada* – como concretude da cotidianidade em ato. Daí a tarefa de observar mais precisamente as periferias das grandes metrópoles¹¹, os efeitos desta sociabilidade e de suas mediações na composição das subjetividades. Percebe-se o fortalecimento de uma tensão cada vez mais irreconciliável que tende a afetar as práticas sócio-espaciais que se forjavam como solidariedades e reciprocidades centradas nos vínculos familiares e de compadrio (SARTI, 1996), tecidas com os fios firmes dos *espaços de representação* consagrados em torno das relações de vizinhança. Preocupações objetivas, como a tarifa de energia elétrica ou de água por vencer e os alimentos de primeira necessidade (alvo de reajustes constantes) por comprar, contribuem para tornar nos dias de hoje o desempregado ou a desempregada na família um problema que muitas vezes não se pode ou não se quer enfrentar.

Outrossim, a tensão aludida põe em xeque (ou pelo menos em suspenso) toda essa rede de solidariedades e de reciprocidades entre as classes populares, a qual sempre contribuiu para atenuar as contradições sociais de uma metropolização que se processou fragmentando e homogeneizando os espaços e os tempos da vida social, impondo pressões em si redutoras da apropriação. Odette Seabra (2004, p.281), ao nos apresentar a formação dos bairros na metrópole paulistana como “...uma condição necessária à urbanização porque formaram como uma base de produção de valores de uso que integravam a reprodução capitalista da sociedade a custo zero”, vai ao encontro da nossa afirmação, visto que a canalização massiva das diferentes instâncias da vida social às tramas reprodutivas do capital se depara com limites estruturais, pois, ao mesmo tempo, são tais solidariedades e reciprocidades que ajudam, paradoxalmente, a manter o vínculo social¹².

Some-se a tudo isso o peso das transformações da noção de bem-estar na esteira da socialização pelo consumo. Ao se diluir no imaginário social¹³ e se apresentar como “vontade social” empiricamente constatada porque “medida” por *surveys*, indicadores sociais e até depoimentos, as necessidades sociais e carências se disseminam na forma de valores e ideais

¹¹ Todavia, não queremos deixar entrever com o exemplo acima a idéia de que é um *atributo próprio* destas espacialidades a evidência basal no que tange à sociabilidade privatizada. Tratar nestes termos a questão é proceder de maneira semelhante às explicações banais e banalizantes que tomam a periferia como “espaços de urgência” e cerne de toda carência material e subjetiva, devendo ser “amparadas” por “ações concertadas” advindas do Estado ou da caridade privada. Enfim, queremos dizer que há um processo gradual e aprofundado (o que não significa ser inexorável) de privatização da existência, o qual desaba de maneiras variadas nos mais diferentes estratos da vida social, realizando-se por meio de um confronto intensivo e inacabado com as diversas sociabilidades pré-existentes, seja na periferia, seja em outras espacialidades.

¹² Entretanto, é necessário relativizar essa afirmação para que não caiamos nas sínteses generalizantes, por exemplo, acerca do significado das práticas sócio-espaciais contidas nas experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo nos anos 1970 e 1980, tornadas preocupações de pesquisa de Eder Sader (1995). De acordo com esse autor, muito do que se produziu acerca dos movimentos e construção de práticas sociais irruptivas desses trabalhadores, quando produzidas, as apresentavam apenas como “expressão das contradições geradas no capitalismo” (SADER, 1995, p.38). Situavam tais movimentos e suas práticas na estreiteza das determinações estruturais orientadas por condições objetivas dadas – materializadas como resposta a um padrão de desenvolvimento excludente. Este viés, ainda segundo Eder Sader, por si só não dá conta da complexidade presente nos marcos de ação desses mesmos movimentos, posto que não são poucas as suas especificidades e singularidades – embora, não raro, elas sejam consideradas apenas “traços conjunturais” (SADER, 1995, p.39).

¹³ Para Lefebvre, o imaginário social se inscreve na cotidianidade de modo a ocultar as pressões e opressões a que os indivíduos se acham submetidos, embotando a apropriação ao encarcerá-la nas malhas do repetitivo. Trata-se de uma

sobre as classes populares das nossas metrópoles. Para o pobre, nos dizeres de José de Souza Martins (2002, p.37), “...a realidade social como máscara...”, não obstante todos os traumas a que se está sujeito, concorre para significar a sua incorporação aos desígnios desta sociedade, “...a sua plena e impotente integração social”. Talvez um dos conseqüentes traumas que essa “vitória” do pobre através da sua precária incorporação à sociedade como consumidor traz, é que, logo em seguida, ela já não faz mais sentido, pois, além de ser coagido a se manter onde está no curso da vida social, novas e infinitas “vitórias” serão exigidas àquele(a) que participa do jogo do consumo como “jogo da vida”.

É então possível dizer que esta se torna justamente uma das dificuldades ocultas na consciência individual para se dar crédito às exigências de civilização, sendo que a incredulidade face às suas “recompensas” possíveis detona todo o mal-estar contra o seu projeto. Mal-estar não raro em nossos dias transferido para o ódio contra aquele ou aquela que padecem da mesma situação¹⁴, para a rebelião surda e individual, mas podendo emergir como diferenças (LEFEBVRE, 2007) que produzem o novo.

É em meio a esse cotidiano repressivo que boa parte dos esforços do Estado brasileiro nos últimos 10 ou 15 anos tem sido o de criar “políticas” e “programas” para lidar de maneira mínima com as crescentes tensões sociais daí provenientes, principalmente aquelas concentradas nas periferias metropolitanas. Esta constatação nos leva a interrogar os sentidos do discurso e da prática realizada por meio das chamadas “políticas sociais” na contemporaneidade. Tarefa que envolve adentrar um pouco mais nos critérios de promoção dessas “políticas” e associá-los com a “realidade da pobreza” pintada pelos promotores e pelos organismos que ajudam a coordenar suas ações. Realidade essa inscrita no curso das transformações do Estado e o modo pelo qual elas atingem a formulação, a implementação e a avaliação das “políticas sociais”. Em seguida, cabe demonstrar os vínculos das “políticas sociais” com a (re)produção do espaço nas periferias metropolitanas – entendida aqui como “espacialização” da re-produção das relações de produção – e os cenários que vêm à tona, como a redefinição do “sistema” de necessidades e suas estreitas relações com *despolitização da política* nas periferias aludidas.

AS TRANSFORMAÇÕES NO ESTADO, AS “POLÍTICAS SOCIAIS” E O ECLIPSE DA POLÍTICA

É imprescindível para nossa análise ressaltar que a atuação do Estado no “combate à pobreza” tem sido tributária das amplas transformações nas suas atribuições. Entre outros aspectos, elas geraram a abertura de setores anteriormente instituídos como “bens sociais” – entre eles, a educação, a saúde, a habitação e a previdência social. Tais transformações foram operadas sob os eufemismos de “reformas” e de “inovação institucional” – dadas pela conversão do caráter administrador do Estado para o de “gestor” –, deixando-se o caminho livre para que o setor privado abocanhasse esses “bens sociais” e os convertessem em serviços disponibilizados no mercado. Esbarramos com as proposições de Luiz Carlos Bresser-Pereira, um dos principais formuladores no campo teórico do reformismo estatal na era do capitalismo neoliberal. De maneira aligeirada, pode-se afirmar que suas formulações reforçam a cantilena

ideologia (trazida à baila por meio de representações: imagens, discursos e signos) que supostamente referenda uma “vontade social” ou presta um serviço de “utilidade pública” ao expor problemas relativos ao bem-estar material e psíquico desses indivíduos. Vale dizer que os meios de comunicação são hoje o mais poderoso veículo de transmissão e reforço de um cotidiano programado. Nos termos do autor: “...o imaginário, com relação à cotidianidade prática (pressão e apropriação), tem um papel: mascarar a predominância das pressões, a fraca capacidade de apropriação, a acuidade dos conflitos e os problemas ‘reais’” (LEFEBVRE, 1991, p.99).

¹⁴ Veja-se o noticiário do grosso da imprensa no ano de 2008, relatando os violentos distúrbios (ocasionando dezenas de mortes) gerados pelas manifestações xenófobas por parte dos sul-africanos pertencentes aos setores empobrecidos da população daquele país frente aos imigrantes (também pobres) de países vizinhos, como o Zimbábue, o Lesoto e Moçambique. Tais fatos somam-se às sintomáticas observações de Paulo Arantes, no seu diálogo com o sociólogo Michel Lind acerca dos conflitos internos à sociedade americana: “Numa sociedade mais homogênea, a atual concentração exponencial de poder e riqueza certamente provocaria alguma reação da maioria. Porém, na atual situação (...), o ressentimento provocado pelo declínio econômico se expressa muito mais na hostilidade entre os grupos na base do que numa rebelião contra os do topo – tal como se viu no último motim em Los Angeles, quando negros, hispânicos e brancos amotinados se voltaram contra os pequenos comerciantes coreanos em vez de marcharem sobre Beverly Hills (ARANTES, 2004, p.31) [os grifos são meus].

da “crise do Estado” e seu aprofundamento nas dimensões fiscal, das formas de intervenção e de administração. Diante deste quadro, dever-se-ia limitar suas funções enquanto produtor de bens e serviços e também no campo da regulação econômica (BRESSER-PEREIRA, 1998).

Entretanto, outra ressalva importante se faz necessária: as consequências diversas das operações acima mencionadas não podem ser tratadas como sinais claros do “enfraquecimento do Estado”. Ora, o Estado *nunca foi tão forte* no atendimento às exigências para que o melhor ambiente possível seja concedido aos interesses do grande capital, a se constatar pela alardeada (e nem por isso submetida a um rigoroso escrutínio) “crise financeira”, tomada como crise pontual e sucessão de eventos sem relação uns com os outros. A consequência dessa primazia é o abandono de todos os interesses sociais que não possam ser convertidos em serviços ou que o setor privado não possa “firmar parcerias” com os setores estatais na sua provisão. Tal é o resultado da hipertrofia da economia face à pequenez da “política oficial” em controlar seus movimentos.

Nesse mesmo ambiente, segue-se a reprodução social sob a ordem capitalista globalizada, entre outras facetas por meio dos modelos – também globalizados – de programas e ações de “combate à pobreza” formulados pelos organismos internacionais ocupados com essas “preocupações”, como Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – e o Banco Mundial – BM. Esses agentes, ao seguirem o compasso das orientações econômico-financeiras e políticas supracitadas, passam a apresentar verdadeiros “manuais”¹⁵ direcionados aos países “afetados” pela pobreza, instando-os e coagindo-os a seguirem estratégias para sua “superação”.

Convém fazermos uma rápida observação dos diferentes momentos da disseminação das políticas contidas nesses “manuais”, até mesmo para compreendermos as inflexões teóricas que os perpassaram. No início da década de 1990, o “Relatório sobre o desenvolvimento mundial” do BM focou suas recomendações em dois importantes grupos de ação: aquelas ligadas às “reformas” do Estado, aludidas acima, e outras, ligadas às transformações na organização e controle dos processos de trabalho.

Quanto às “reformas” do Estado, cumpre acrescentar que este deveria assumir um papel eminentemente “facilitador” e de “parceiro” dos mercados: “...os Estados devem complementar os mercados e não substituí-los” (BANCO MUNDIAL, 1997, p.18). Preconizava-se a criação de “novas instituições”, promotoras da “boa governança”, no intuito de facilitarem outros marcos regulatórios sobre os mercados, dessa vez privilegiando a competitividade entre eles. O “bom ambiente” macro-econômico – dado pela “solidez” e “previsibilidade” das instituições – também se constituiria numa demanda imprescindível. O direito de propriedade deveria continuar sendo inalienável e a corrupção como chaga deslegitimadora das instituições viabilizadoras dos mercados deveria ser fortemente combatida. Já o concernente às mudanças no trabalho, estas deveriam se dar através do apoio do Estado àqueles indivíduos “incapazes” que, ao contrário dos “aptos” – os quais têm condição de auferirem a mesma condição por meio da aquisição de bens e serviços no mercado –, não possuiriam a capacidade de buscarem sozinhos sua reprodução da mesma forma. Para tanto, deveriam ser criadas estratégias diversas para a inserção no mercado por meio da “complementação” de serviços sociais aos que por eles não podem pagar.

Entretanto, desde o início do século XXI, outras concepções passaram a confrontar determinados aspectos das teses do BM, sobretudo no que competia à centralidade da “geração de renda” nas políticas de “combate à pobreza”, as quais vigoraram durante toda a década de 1990. A pobreza passaria então a ser compreendida como “fenômeno multifacetado”, verificando-se uma forte influência das formulações do economista indiano Amartya Sen. Numa síntese apertada, as formulações deste defensor aos estribilhos das liberdades de mercado¹⁶ têm como princípio pensar a “ausência de renda” como fator intrinsecamente necessário para que as próprias noções do desenvolvimento sejam submetidas à revisão. No entender de Sen (2000), o desenvolvimento é um processo de “expansão das liberdades”, as quais, não obstante

¹⁵ Os informes técnicos do Banco Mundial expressam bem a tendência dos manuais: “Estratégias de assistência para reduzir a pobreza”, de 1991, e “Manual para a redução da pobreza”, de 1993, são alguns exemplos.

¹⁶ Dentro da sua proposta de ampliar as concepções vigentes sobre o desenvolvimento, Sen chama de “exame crítico” dos mercados a análise em torno de quão prejudiciais aos interesses sociais podem ser certas manifestações da ambição pelo lucro privado. Tomando como exemplo o economista inglês Adam Smith, Sen atenta para o fato de que a desconsideração

estejam imbricadas, possuem dimensões de ordem econômica, política, segurança social e transparência jurídica. Perseguir a provisão e a ampliação dessas “liberdades” reclama também o simultâneo “alargamento” da noção de pobreza, cuja influência mais nefasta é a “privação de capacidades” (SEN, 2000). Tal noção deveria substituir a pobreza entendida tão somente como baixo nível de renda, embora esta variável não fosse desconsiderada.

Para o economista, a inovação trazida pela idéia de “capacidade” contribuiria para “...melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos *meios* (...) para os *fins* que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as *liberdades* de poder alcançar esse fim” (SEN, 2000, p.112, os grifos são do autor). Ao estabelecer este nexos, Sen encampa a tese de que o “aumento das capacidades” – cuja elevação dos níveis de renda deve estar em consonância com melhorias nos serviços básicos de saúde e educação – poderia ajudar no desenvolvimento de um país, por meio do investimento nos mais pobres – recorrentemente denominados “recursos humanos”. E ainda: “...o aumento das capacidades humanas também tende a andar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda” (SEN, 2000, p.114)

Ao verificarmos o relatório do BM, publicado em 2000-2001, percebemos que não há uma mudança substantiva nas atribuições do Estado, mas o seu reforço. A título de exemplo, tomemos o documento denominado “Inclusão Produtiva de Jovens”, produzido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a partir de um projeto-piloto iniciado em 2004 em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Em sua apresentação, o Ministro Patrus Ananias evidencia o que ele chama de “desenvolvimento integral”, o qual visaria garantir “...mais e melhores oportunidades para que todos os cidadãos possam desenvolver o seu pleno potencial...” (p.05), mormente através da “efetiva inclusão de jovens”. Já a Secretária Nacional de Assistência Social, Ana Lígia Gomes, é efusiva ao falar das “ações de inclusão produtiva” como “...reconhecimento dos jovens como sujeitos de direito...”, promovendo “...sua autonomia e protagonismo social, político e econômico” (p.07). “Aumentar as capacidades humanas” dos pobres para que estes se tornem “protagonistas” de suas ações e não mais precisem dos programas sociais, eis aí o modo pelo qual o Estado comparece. O “protagonismo” a ser perseguido anuncia uma “realidade” pretensa e imperiosamente ausente de história, na qual a falta de possibilidades para o exercício do *diferente* parece só deixar brechas para a incerta *saída individual*, mediada pela “inclusão social” (ANDRADE, 2007).

Duas questões precisam ser formuladas neste momento: as concepções contidas no projeto político da “esquerda” acerca do que é a “satisfação de necessidades sociais” não estariam circunscritas à sua consideração como satisfação de carências (ou, nos termos correntes, como “demanda”), isto é, referidas (e reduzidas) ao quantitativo? Os arcabouços teóricos e conceituais a partir dos quais se formulam, implementam-se e se avaliam as “políticas sociais” promovidas pelos governos de “esquerda” estariam tensionando e/ou se propondo a superar os marcos da economia política que passaram a defini-las nos últimos anos?

Talvez a grande “inovação” desses modelos para a organização das “políticas sociais” é que a sua concepção se acha definitivamente divorciada do quadro tradicional dos direitos de cidadania, ainda que os defensores de tais “políticas” insistam em dizer o contrário, como o fez Sônia Draibe, clamando pelas considerações acerca do “aperfeiçoamento” e da “melhora de

de tais interesses sociais pode incorrer na própria perda de capacidade produtiva e, conseqüentemente, no bom funcionamento da economia. Por isso, a pobreza deve ser combatida, viabilizando a extensão de estoques de trabalho produtivo e de demanda solvável. Aduz o autor: “Esse é, em grande medida, o principal receio quando se considera a perda social envolvida, por exemplo, nas produções privadas que acarretam desperdício ou poluição do meio ambiente e que se ajustam bem à descrição feita por Smith da possibilidade de ‘alguma diminuição no que, de outro modo, teriam sido os fundos produtivos da sociedade’” (SEN, 2000, p.151). No momento seguinte, o economista indiano ressalta a importância das chamadas “oportunidades sociais” no contexto da promoção do desenvolvimento, o que, inferindo bem, possibilita os fins da acumulação do capital: “Combinar o uso extensivo dos mercados com o desenvolvimento de oportunidades sociais deve ser visto como parte de uma abordagem ainda mais ampla que também enfatiza liberdades de outros tipos (direitos democráticos, garantias de segurança, oportunidades de cooperação etc.)” (SEN, 2000, p.152).

¹⁷ De acordo com Draibe (2003): “...as orientações reformistas do governo, no período de 1995 a 2002, não se pautaram por diretrizes privatizantes dos serviços públicos. Em nenhum plano das inovações institucionais registrou-se um recuo do Estado. Ao contrário. Indicadas nas propostas gerais, as inovações e as alterações implementadas nos serviços sociais públicos e universais visaram a aperfeiçoamentos, reforços, aumento do seu impacto redistributivo, melhoras na eficácia, não a sua substituição ou privatização” (DRAIBE, 2003, p.89).

eficácia” dos serviços “públicos” no governo Fernando Henrique Cardoso¹⁷ (DRAIBE, 2003). Em países como o Brasil, o forte impacto da liberação dos movimentos de capital sobre a regulação social incidiu diretamente na noção de direitos como conquista e dimensão primaz da cidadania, a qual substituiu as “políticas sociais” como promoção desses direitos por “ações sociais”.

Por isso, o que se chama de “universalização” parece muito mais próximo da *distribuição* de alguns elementos básicos de direitos sociais como saúde e educação para os grupos sociais mais “vulnerabilizados” para, em seguida, devotar aos grandes grupos privados a provisão daquilo que era direito, agora como serviço vendido no mercado. Pode-se perceber a aplicação dos postulados de Amartya Sen, ao se acoplar às “políticas” de “geração de renda” e “inclusão produtiva” tais elementos básicos de saúde e de educação, consoantes com o “combate à pobreza” via “aumento das capacidades”. Nesses termos, há o deslocamento da noção de demanda da universalidade dos cidadãos para reinscrevê-la como limitada àqueles com baixa ou inexistente “capacidade” de consumo no mercado. Trata-se da *focalização* das “políticas sociais” nos mais pobres, reduzindo aquilo que se consagrou como direitos de cidadania à *concessão* a esses grupos.

Os programas e ações derivados das “políticas sociais” inscrevem-se como reposição daquilo que seriam os novos atributos e representações da “humanidade do homem”, signos referentes a uma temporalidade e uma espacialidade consentâneas à monetarização e à privatização das relações sociais. Colidem com a miríade de modos próprios das pessoas do lugar de se relacionarem entre si, os quais envolviam práticas sócio-espaciais em alguma medida desvinculadas dos interesses ligados ao dinheiro ou aos “favores” instrumentais. É no limiar entre a benemerência instituída, focada em grupos sociais distintos (jovens, idosos, moradores de rua etc), e a criação de mecanismos de introjeção de uma *sociabilidade estruturada sobre a forma valor*, levando os “assistidos” a aplicarem suas “capacidades” na busca pelo “protagonismo social”, que o Estado orienta esta linha de ação específica de reprodução das relações sociais de produção: as “políticas sociais”.

Essa tem sido a tônica dos modelos de “produção solidária” que invadem as periferias metropolitanas através de cooperativas diversas, encampadas por esses tentáculos do Estado que são as ONGs, os “projetos de extensão” de universidades e as empresas “socialmente responsáveis”. Paulatinamente tais modelos ajudam a redefinir o uso do espaço e as práticas sociais a ele imanentes, embotando suas qualidades referidas ao encontro e às solidariedades e se impondo como *utilização*¹⁸, sob o viés da capitalização da produção. Da mesma forma, vão redefinindo os empregos do tempo, “integrando-o” às cronologias exigidas pelo produtivismo – demarcando as datas para a entrega das encomendas e o seu “controle de qualidade”. E o que é pior: apresentando-se numa forma que expõe a suposta positividade do *tempo imposto* como “ocupação” e até “diversão” para as pessoas por ele atingidas.

Caminhando *pari passu* com as representações estatistas que atestam a “conquista” da cidadania e da “qualidade de vida” pela via do trabalho abstrato (e precário), estão os programas de urbanização de vilas e favelas, compondo o “novo modelo de gestão” das “políticas sociais” – integrando ações de diversas secretarias municipais, de estado ou da União através do chamado “princípio da intersetorialidade”¹⁹. No caso de Belo Horizonte, trata-se do “Vila-Viva”²⁰, programa intensificado com recursos do Programa de Aceleração do Cresci-

¹⁸ O termo acima utilizado está referido à redução das possibilidades do uso como potencialização dos atributos do ser (LEFEBVRE, 1991, 2002, 2007).

¹⁹ No âmbito estrito (além de restrito e restritivo) da “ciência política”, a “intersetorialidade”, consistiria numa crítica ao “...tratamento setorializado dos problemas públicos...”, visto serem “...considerados de acordo com a especialização dos profissionais responsáveis pelo serviço sem envolvimento de outros setores” (CKAGNAZAROFF & MELO, 2005, p.02). Tal setorialização tornaria insatisfatórias as políticas públicas, a “prática dos direitos” e o “controle social”, pois os problemas vivenciados pelos cidadãos possuiriam causas diversas (CKAGNAZAROFF & MELO, 2005).

²⁰ Segundo informações contidas no portal da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o Vila Viva “...engloba obras de saneamento, remoção de famílias, construção de unidades habitacionais, erradicação de áreas de risco, reestruturação do sistema viário, urbanização de becos, implantação de parques e equipamentos para a prática de esportes e lazer. Após o término da urbanização, a área será legalizada com a emissão das escrituras dos lotes aos ocupantes (...).O Programa Vila Viva também engloba ações de promoção social e desenvolvimento comunitário, educação sanitária e ambiental e criação de alternativas de geração de trabalho e renda”.

mento – PAC – do governo federal e financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – e da Caixa Econômica Federal – CEF.

Ao se constatar a realização dessas obras nas vilas e favelas mais bem localizadas em relação às múltiplas centralidades de poder e de riqueza da metrópole de Belo Horizonte, percebe-se que não se pode tomar os negócios com a urbanização referidos apenas aos grandes projetos imobiliários. A análise das “políticas sociais” e seu acoplamento aos programas de urbanização nos leva a reiterar que a reprodução social do espaço na metrópole atravessa a vida, cria novas sociabilidades e necessidades pela própria alienação daquelas anteriormente existentes – as quais passam a serem tratadas como precariedade material e “violência” que foram “deixadas para trás” devido às intervenções do Estado.

Concomitantemente, todas as espacialidades materialmente precárias são “...novos espaços para a valorização do capital” (DAMIANI, 2004, p.41) em potencial. Ao serem atingidas por tais programas, as espacialidades em questão e suas adjacências passam por forte valorização, possibilitando maior capitalização das propriedades, não só pelas grandes obras de infra-estrutura, mas pelos projetos de regularização fundiária a eles associados. Com isso, há uma clara tendência à “saída espontânea” das famílias mais “vulneráveis”, isto é, aquelas com menor “capacidade” de “protagonizarem” suas vidas mediante a obtenção de rendimentos para arcar com as despesas crescentes (água, energia, condomínio etc) geradas pelas novas modalidades do *hábitat*²¹ (LEFEBVRE, 2002).

Criam-se, assim, as condições objetivas para os arranjos futuros nas definições e estratégias do mercado imobiliário, devido à própria geração de demanda solvável correspondente às exigências dos novos patamares de capitalização da propriedade e de monetarização das relações. Com efeito, são definições e estratégias dadas em função de novas áreas a serem incorporadas ou a sofrerem o aprofundamento das intervenções do mercado imobiliário – iniciadas por todo o escopo das políticas de espaço – que não se resumem às mudanças na morfologia espacial. Desse modo, faz-se imprescindível articularmos tal mudança àquelas inscritas na re-produção das relações sociais de produção, as quais progressivamente solapam as práticas sócio-espaciais constituídas no seio das vivências mencionadas acima.

Retomando a reflexão sobre as “políticas sociais” atuais, a partir da constatação dos referenciais em torno dos quais a noção de pobreza é pensada e confrontada, podemos buscar seus modos de objetivação. No que concerne ao discurso presente na Secretaria de Políticas Sociais da Prefeitura de Belo Horizonte – PBH –, este alude à necessidade do “resgate” de “vínculos familiares e comunitários”. Parte-se do pressuposto de que tais vínculos estariam se dilacerando face à situação de ampla precariedade vivida pelas famílias moradoras das áreas “socialmente vulneráveis”. Desta forma, o campo de ação das “políticas sociais” inscreve-se na formulação de planos de ação para “incluir” socialmente essas famílias e fortalecer seus vínculos – tanto no âmbito da casa quanto no da “comunidade”. Ora, é nessa composição de novas solidariedades que se absolutiza o dano, que se impõe a vontade obsessiva de que a política seja suprimida da vida social. Aspecto semelhante é o das modalidades de implementação das “políticas sociais” na França, dadas pela sua extensão a todos aqueles que não padecem simplesmente da falta de trabalho, de recursos ou de moradia, mas “...da falta de ‘identidade’ e de ‘vínculo social’, incapazes de ser esses indivíduos criativos e contratantes que devem interiorizar e refletir a grande performance coletiva” (RANCIÈRE, 1996, p.118).

Dada a sintomática indiferença entre as “políticas” de “combate à pobreza” e aquelas com vistas à administração dos interesses do capital – sendo esta fundamentada na eficácia administrativa em seu sentido mais largo –, o “social” torna-se o terreno sobre o qual devem ser aplicados os instrumentos e tecnologias de controle mais precisas, otimizando seus resultados. Por sua vez, tais instrumentos e tecnologias trazem no seu bojo uma concepção inerente da *incompetência política das classes populares*, cujas formas de pensar e se organizar, movimentar-se e agir seriam a sua expressão cabal. Essa “eugenia do espírito” desaba sobre as periferias metropolitanas e se consolida como elemento importante da re-produção

²¹ A própria materialidade do espaço nessas áreas “socialmente vulneráveis”, quando obtida, por exemplo, na forma de uma praça ou uma quadra de esportes, já traz consigo a contradição envolvendo as modalidades de sua utilização e o escaçamento do tempo para tal, visto que este já se encontra deveras absorvido pelo trabalho abstrato intenso e mal-pago, devendo-se a renda ser complementada com mais trabalho.

das relações sociais de produção e sua verve autoritária e antipolítica. Ela reduz as pessoas habitantes a meros “receptores” de favores do Estado, de modo a dirigir e mediar seu agir reivindicativo, entendido como uma pálida expressão da “vontade social”: aceitar o trabalho abstrato como condição naturalizada e viver a vida como aparência capitaneada pelo consumo.

Pode-se dizer que o Estado, no seu comprometimento com as estratégias de classe que o mobilizam no sentido de criar as condições gerais para a máxima performance dos capitais, bem como atuar firmemente na re-produção das relações sociais de produção, ainda trata o espaço como algo em si, uma espécie de “campo” onde uma racionalidade supostamente superior e acima dos interesses particulares deve atuar. Atuação essa que estaria devotada a dirimir conflitos e “organizar” aquilo que aparece como “caos”, transformando-o em coerência lógica – modalidade irmã siamesa da vontade do “Espírito absoluto” de conformar o “real” à Idéia.

Concomitantemente, o Estado e suas instituições se legitimam frente à sociedade enquanto agentes de fato comprometidos com a implementação e efetivação de “políticas sociais” responsáveis (PAOLI, 2007). Trata-se aqui da manifestação cabal do entendimento da sociedade e das pessoas que a compõem como *coisas* a serem “geridas”, no intuito de se produzir uma ordem consensual mediante os artifícios da violência institucionalizada. No entanto, os fracassos diversos verificados nessas “políticas” no mais das vezes se colocam como justificativas do Estado em contrário à mera oscilação percentual da dimensão do visível e do contável presente nos “indicadores sociais”, ou dos recorrentes casos de corrupção e de desvio do dinheiro público por aqueles que se dizem “comprometidos com o social”. Insiste-se em reduzir as contradições sobressaídas da ação do Estado a disfunções no “todo coerente” (no caso da corrupção presente no aparelho de Estado, uma simples aberração de caráter restrita ao indivíduo!).

No verão de 1844, Marx (1995) respondeu a um artigo do jornal *Vorwärts*, no qual o rei da antiga Prússia, ao se informar sobre a insurreição dos trabalhadores silesianos, transpôs o referido problema para questões relativas à “boa disposição dos corações cristãos”, tratando-se, portanto, de “desvios” nos instrumentos de gestão do Estado. Já naquele tempo Marx aduzia que o Estado não era capaz de procurar contradições no seu próprio ordenamento e na natureza dos interesses a que se fazia defensor. Os males sociais não passam por uma ação substancial que atinja a natureza do próprio Estado, mas numa ação contra os males sociais em si mesmos, fazendo com que programas e ações “sociais” “concertadas” e “intersectoriais” sejam instrumentos eficazes no trato com a pobreza – porque agora “vão direto aos problemas” e são “poupadores” de recursos financeiros.

PARA NÃO CONCLUIR: O ESPAÇO E A POLÍTICA NA DIALÉTICA DO EMBOTAMENTO DA SUA REALIZAÇÃO E AS SUAS POSSIBILIDADES

Tão importante quanto levar em conta as especificidades concernentes aos modos de vida e à maneira como estes se consubstanciam nas práticas sócio-espaciais nas periferias e nas diferentes maneiras pelas quais os habitantes dessas espacialidades lidam com os diversos desafios a que se encontram expostos, é operar uma prática política disposta a transpor fundamentos arraigados na vinculação partidária e nos marcos do Estado. São os sentidos e os significados dessa ação partidária e/ou estatista que nos levam a compreender que negar e solapar as práticas sócio-espaciais passa pela desqualificação implícita ou explícita dos conhecimentos que nelas se congregam e que levam as pessoas a refletirem e a lidarem – com base na sistematização dessa reflexão – com as dificuldades impostas pelo cotidiano programado. E, à medida que os desqualifica, atesta ideologicamente como legítimas suas representações.

Tem-se aquilo que denominamos aqui como *despolitização como instituição*, através da presunçosa argumentação de que a política só se faz com base em pressupostos definidos pelos e através dos aparelhos do Estado e dos partidos políticos. Não seria esta conjunção de atos de que se reveste a política e seus marcos regulatórios a manifestação cabal daquilo que Lefebvre (2007) nos alerta, ao enfatizar as oposições, separações e mistificações operadas pela Razão e que se desdobra na ciência, na política, na economia e no Estado?

Ora, uma “política” institucionalizada só pode se dar num espaço cujos atributos e os rumos nele tomados não sejam apanágio das pessoas, mas da constelação de especialistas que arrogam para si as prerrogativas da sua produção. Uma “política” como essa, que ganha sentido *na sua falta de sentido*, gerando nas pessoas a consciência passiva ou ativa da sua teatralidade é também a celebração do “espaço mortal”, pois “...ele mata suas condições (históricas), suas próprias diferenças (internas), as diferenças (eventuais) para impor a homogeneidade abstrata” (LEFEBVRE, 2007, cap. 06).

Essa homogeneização que tende a suprimir as *diferenças* e a sua qualidade revestida pelo conhecimento do imediato concernente ao cotidiano²² por parte das classes populares, opera de maneira perversa naquilo que seria a construção nunca acabada de uma sociedade forjada pelos princípios políticos que denotam a *democracia radical*. Sociedade essa calcada na provisão efetiva de direitos e no *direito a criá-los* como condição socialmente definida na e pela política, a qual viria a se realizar cotidianamente por sujeitos racionais e livres como necessidades radicais. No entanto, estamos vivendo o acirramento da redução das necessidades sociais ao quantitativo, resultando naquilo que Heller (1986) chamou de “alienação capitalista das necessidades”. Tal alienação, como já dissemos, nada mais é do que a satisfação de necessidades deixando de sê-lo para se circunscrever à provisão de alguma fatia das carências – mediada pelas “políticas sociais”. E ao se pôr como *criação das melhores condições subjetivas e cognitivas para que o indivíduo aceite sua sujeição*, a satisfação de carências tende a golpear as condições para que a democracia radical seja a regra do compartilhamento social, fazendo com que o *urbano* como algo a ser alcançado por essa democracia também deixe de estar em questão como disputa política forjada no e pelo dissenso.

Trata-se aqui de pensar as necessidades radicais como produção de estratégias imbricadas a um projeto do conhecimento e de um projeto político, de uma utopia pensada e vivida. Redefinição sinônima, conforme assevera Lefebvre (2004), da *reorientação do processo de industrialização*²³, convertendo-o em meio para alcançar a sociedade urbana, diferentemente do *fim em si mesmo* em que se conformou – resultante de seu encarceramento nas malhas da racionalidade economicista e produtivista sobre a qual se erige a sociedade burguesa. E é no seio da modernização do mundo como aprofundamento das relações capitalistas, quando estas procuram lidar com suas contradições sem avançarem um palmo sequer no restrito círculo das suas relações constitutivas – numa reprodução ampliada, em grau superior, de suas contradições –, que as necessidades radicais surgem como projeto de resgate da apropriação – do tempo, do espaço, do corpo e do desejo.

Reiteramos, portanto, o acirramento entre a “política” entendida como “apanágio de especialistas” e descontaminada de qualquer caráter espontâneo das ações populares e a exaltação da questionável “democratização” do Estado nas suas relações com a sociedade civil. Chega-se a pensar que talvez poderíamos estar próximos, e quiçá alcançado, a idéia de sociedade civil como sociedade política, tal qual falava Marx – fruto da constatação do aparente levada a cabo por uma sociologia empírica –, dada a infinidade de instrumentos e de espaços “propícios” à participação e à deliberação populares e o controle social sobre as “políticas” e a sua conformação como ações implementadas pelo Estado. Pois é “...a satisfação das necessidades de autodeterminação, e não de simples carências, que melhor permite a transformação de nossa contingência em destino” (HELLER & FEHER, 2002, p.46). E esta capacidade de orientar nosso destino de maneira soberana só se constitui na medida em que os indivíduos tornam-se *sujeitos políticos de fato*, que se põem num plano superior da existência social portando um discurso produtor de sentido. Estar na sociedade de modo autônomo implica a condição de um agir que não se circunscreve à mera existência.

Por isso, devemos alertar que aquilo que passa a compor o chamado atendimento por parte do poder “público” às reivindicações populares somente de maneira muito forçosa não

²² De acordo com Martins (1989, p.128): “A dimensão do tempo dos movimentos sociais está no âmbito do imediato e do cotidiano, mas de um imediato que cobra de cada um e de todos a necessidade de sua superação, porque envolve tensões e confrontos sem retorno”.

²³ Nas palavras do autor: “O duplo processo de industrialização e de urbanização perde todo seu sentido se não se concebe a sociedade urbana como objetivo e finalidade da industrialização, se se subordina a vida urbana ao crescimento industrial. Este fornece as condições e os meios da sociedade urbana. Proclame-se a racionalidade industrial como necessária e como suficiente e se estará destruindo o sentido (a orientação, o objetivo) do processo (LEFEBVRE, 2004, p.141-2).

escapa de uma pálida representação do urbano, inscrita na *distribuição* restrita e restritiva da riqueza socialmente produzida – distribuição essa que apenas *reproduz* o primado da economia política enquanto distribuição da escassez. E é mediante a democracia radical, dada por aquilo que Miguel Abensour (1998) chamou de movimento de “redução” da condição do Estado, não mais como um todo fechado e não-político que reúne para si os fragmentos das práticas sócio-espaciais sob seu jugo, mas como um *momento* da universalidade da política, é que se pode ir além da obtenção do produzido ou algo de seus despojos. Ao contrário, abre-se a senda para se chegar à possibilidade e à capacidade de *produzir* de maneira ampla os sentidos e os significados da vida, não mais como *resíduos* de um espaço expresso pelos agentes que o produzem com base nos interesses mercantis da vez, substituindo a apropriação pelas pressões e opressões.

Eis aí a *auto-constituição do povo*, caráter inextricável à verdadeira democracia, significado maior da fuga da idéia do *consenso* como sacramentação daquilo que é dito com a presunção do “conhecimento do social” e da prática política como tarefas atribuídas a um corpo institucional, o qual seria capaz de “planejar” ações de “inclusão” sócio-econômica de amplas parcelas sociais. Para terminar, e fazendo nossa a questão posta por Jacques Rancière (1996, p.117), essa tecnologia não seria nada mais do que o consenso como a “...pressuposição de inclusão de todas as partes e de seus problemas, que proíbe a subjetivação política de uma parcela dos sem-parcela, de uma contagem dos incontados?”.

REFERÊNCIAS:

- ABENSOUR, Miguel. *A democracia contra o Estado: Marx e o movimento maquiaveliano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- ANDRADE, Luiz Antônio Evangelista. *Espaço e reprodução social no capitalismo tardio: a ASMARE nos meandros da (pobreza da) “vida reciclada”*. Belo Horizonte: Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007, 165p. (Monografia: Geografia)
- ARANTES, Paulo Eduardo. A fratura brasileira do mundo. In: ARANTES, Paulo Eduardo. *Zero à Esquerda*. São Paulo: CONRAD Editora, 2004. p.25-77.
- Banco Mundial. *O Estado em um mundo em transformação*. Relatório sobre o desenvolvimento mundial. Washington, D. C.: Banco Mundial. 1997.
- BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. In: BRESSER-PEREIRA, L.C; SPINK, P. (orgs.) *Reforma do Estado e administração pública Gerencial*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.21-38.
- CKAGNAZAROFF, Ivan Beck; MELO, Joyce de Souza Cunha. *Implementação de programa intersetorial de políticas públicas: o caso BH Cidadania*. Texto produzido para o VIII SEMEAD (Seminários em Administração FEA-USP, 11 e 12 de agosto de 2005).
- DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: MATO, Daniel (Coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidade Central de Venezuela, 2004. p.95-110.
- DAMIANI, Amélia. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs.). *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004. p.19-58.
- DRAIBE, Sônia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. *Tempo Social – USP*, São Paulo, v.15, nº02, p. 64-101, nov. de 2003.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- HELLER, Agnes. *La teoría de las necesidades en Marx*. Barcelona: Ediciones Península, 1986.
- HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. *A condição política pós-moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice B. Pereira e Sérgio Martins. [S.i.:s.n.], 2007. Inédito. Título original: *La production de l'espace*. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000).
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: 1993.
- MARTINS, José de Souza. Dilemas sobre as classes subalternas na idade da razão. In: MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 97-137.
- MARTINS, José de Souza. O falso problema da exclusão e o problema social da inclusão marginal. In: MARTINS, José de Souza. *A exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997. p.25-38.
- MARTINS, José de Souza. Reflexão crítica sobre o tema da “exclusão social”. In: MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002a. p.25-47.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril cultural, 1983. Livro 2, v.1. (Os economistas).
- MARX, Karl. Glosas críticas marginais ao artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”. De um prussiano. *Revista Práxis*, Belo Horizonte nº 05, 1995.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Inclusão Produtiva de Jovens*. Brasília, 2007.
- OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999. p.55-79.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.
- PAOLI, Maria Célia. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo editorial, 2007. 221-256.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores associados, 1996.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs.). *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004. p.271-311.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- TELLES, Vera da Silva. Pobreza e Cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. *Caderno CRH*, Salvador, n.19, p.8-21, 1993.
- WORLD BANK. 2000-2001. *World Development Report. Attacking Poverty*. Washington, D. C. : The World Bank Group.

Recebido para publicação dia 05 de março de 2009